



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **ALEXSANDRO DA SILVA**, PORTADORA DO CPF Nº 910.744.364-15, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 21, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**  
Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **ANIELE CARDOSO DOS SANTOS**, PORTADORA DO CPF Nº 071.464.734-90, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 125, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**  
Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **ANTONIA FRANCISCA DA SILVA**, PORTADORA DO CPF Nº 422.239.384-34, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 33, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**  
Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **BIANCA NASCIMENTO DA SILVA**, PORTADORA DO CPF Nº 080.772.544-70, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 37, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

## Desiane Maiara Gomes dos Santos

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

### DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **CARLOS LIMA FLORENTINO**, PORTADORA DO CPF Nº 040.262.884-55, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 80, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o

procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

## Desiane Maiara Gomes dos Santos

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

### DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **CLERISTON ROMEU ARAUJO DE SENA**, PORTADORA DO CPF Nº 044.307.174-86, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº195, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **DAMIÃO RUFINO DA COSTA**, PORTADORA DO CPF Nº 061.984.654-20, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 50, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da

propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **DEIXE MENDES SOARES**, PORTADORA DO CPF Nº 038.867.284-63, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 130, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **ELIABE CAVALCANTE MELO**, PORTADORA DO CPF Nº 043.753.164-38, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 225, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis

contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **ELIANE SOARES DOS SANTOS**, PORTADORA DO CPF Nº 977.377.124-53, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº145, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **ERIZIAN COSTA DE AGUIAR MARQUES**, PORTADORA DO CPF Nº 067.144.564-25, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 70, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da

expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **GUSTAVO DE SOUSA MELO FRANCA**, PORTADORA DO CPF Nº 143.761.734-44, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 30, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **IRENIZE BEZERRA PEDRO DA SILVA**, PORTADORA DO CPF Nº 011.104.264-02, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 110, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **JOSE EDMILSON FERREIRA DOS SANTOS**, PORTADORA DO CPF Nº 690.951.164-68, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº11, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **JOSEANE DE OLIVEIRA PAIXÃO**, PORTADORA DO CPF Nº 051.249.844-06, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº140 , núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **JOSEFA RODRIGUES DE LIMA**, PORTADORA DO CPF Nº 910.765.104-00,





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, N° 10, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM

DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **JOSEFA RODRIGUES DE LIMA**, PORTADORA DO CPF N° 910.765.104-00, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, N° 11, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Edição Ordinária

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

(REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **JOSEFA RODRIGUES DE LIMA**, PORTADORA DO CPF Nº 910.765.104-00, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 40, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **LUCIANA MATIAS DE ARAUJO**, PORTADORA DO CPF Nº 035.180.224-07, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº120, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

**DECISÃO**



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MANOEL PEREIRA SOBRINHO**, PORTADORA DO CPF Nº 033.522.514-44, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 236, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e conseqüente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**  
Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIA APARECIDA DA SILVA**, PORTADORA DO CPF Nº 518.161.804-91, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº245, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e conseqüente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**  
Secretária Municipal





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIA CILENE MATIAS CARDOSO ESTEVÃO**, PORTADORA DO CPF Nº 982.279.394-49, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº93, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIA DA LUZ REGO BARROS**, PORTADORA DO CPF Nº 022.066.524-98, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº155, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIA DA VITORIA LIMA DA SILVA**, PORTADORA DO CPF Nº 040.464.274-55, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº135, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o

procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIA DE FATIMA SILVA**, PORTADORA DO CPF Nº 198.482.458-98, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº205, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIA DE LOURDES BATISTA DA SILVA**, PORTADORA DO CPF Nº 033.652.884-14, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 150, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da

propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIA DE LOURDES LIMA FLORENTINO**, PORTADORA DO CPF Nº 854.862.564-34, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 205, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIA DO SOCORRO FERNANDES DA SILVA**, PORTADORA DO CPF Nº 039.071.294-90, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº 90, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis

contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIA MATIAS CARDOSO**, PORTADORA DO CPF Nº 713.392.484-68, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº103 , núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

Edição Ordinária

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **MARIZELIA VALENTIM CANUTO**, PORTADORA DO CPF Nº 040.186.204-62, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, Nº69, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da

expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**

Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária

Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

## DECISÃO

TRATA-SE DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), APLICÁVEL AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS OCUPADOS PREDOMINANTEMENTE POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ASSIM DECLARADOS EM ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DE **PATRICIA DE MORAES PATRICIO**, PORTADORA DO CPF Nº 206.623.274-20, imóvel RUA ADJALME EPITACIO SILVA, N 185, núcleo urbano CENTRO.

Bem instruídos os autos, foi realizada vistoria do imóvel, sendo confeccionado laudo de vistoria do imóvel, atestando a conformidade do imóvel com os trâmites do decreto municipal nº 24/2021, bem como a lei nº 13.465/17 e decreto federal nº 9.310/18.

A documentação apresentada dá conta que o(a) requerente é legítimo(a) possuidor(a) do imóvel desde





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS | IMPRENSA MUNICIPAL

Edição Ordinária

Bananeiras-PB, 01 de julho de 2024

antes de 23.12.2016 e, ainda, que o imóvel não conta com qualquer irregularidade do ponto de vista jurídico, de forma que é factível de ser regularizado por meio da expedição da certidão de regularização fundiária junto ao procedimento administrativo.

Ademais, verifica-se que o(a) requerente atende às condições econômico-financeiras de ser contemplado(a) pela Reurb, na modalidade social, eis contar com renda que não viabiliza a regularização fundiária pela modalidade REURB-S.

Deve-se mencionar ainda que o procedimento constatou a posse d(o)a beneficiário(a) de forma legítima, tornando-se legítimo o reconhecimento da propriedade por meio da regularização fundiária, encerrando assim a informalidade do bem.

Por fim, verificado que todos os prazos de impugnação e manifestação foram escoados *in albis*, o procedimento encontra-se pronto e acabado, de forma que entende-se pela procedência do pedido, reconhecendo a propriedade do(a) requerente e consequente expedição de Certidão de Regularização fundiária em nome do(a) beneficiário(a).

**Desiane Maiara Gomes dos Santos**  
Secretária Municipal

Membro da Comissão de Regularização Fundiária  
Matrícula 7830 | CPF 06556239496

Publicado no Diário Oficial Edição Ordinária, 01 de julho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL | ADMINISTRAÇÃO  
GERAL | IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO

MATHEUS DE  
MELO BEZERRA  
CAVALCANTI  
Prefeito de Bananeiras



DESIANE  
MAIARA  
GOMES DOS  
SANTOS  
Secretária de  
Receita |  
Supervisora  
Diário Oficial

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
Em circulação desde 12 de fevereiro de 1977

Publicado no Diário Oficial em 01/07/2024.

[www.bananeiras.pb.gov.br](http://www.bananeiras.pb.gov.br)  
Ouvidoria: [bananeiras.1doc.com.br](http://bananeiras.1doc.com.br)  
Rua Cel. Antônio Pessoa, 375, Centro  
CEP 58225-000, Bananeiras-PB  
CNPJ: 08.927.915/0001-59  
Fone: 83 99342-9161